

Questão ¹³ de justiça para FHC

Entre as muitas lições que podem ser extraídas das últimas eleições municipais, uma tem importância decisiva para o futuro: o eleitor, ao manifestar preferência pelos candidatos apoiados por prefeitos cujos governos recebem maciça aprovação popular, deixou clara sua preferência pela continuidade administrativa. Dito de outra forma, a população dessas cidades, ao eleger candidatos geralmente desconhecidos, cuja única credencial era o apoio dos prefeitos, mandou um claro recado de que gostaria de reconduzir aos cargos os atuais titulares.

O fenômeno, que varreu todo o País, revela nova tendência do eleitorado. Revela, sobretudo, sua maturidade política: a definição do voto se deu pelo absoluto pragmatismo. Ao escolher os novos prefeitos, o eleitor não se preocupou com suas inclinações político-ideológicas. Nem com sua filiação partidária. Muito menos com a possibilidade de sua escolha influir no fortalecimento ou enfraquecimento desta ou aquela corrente política no plano nacional.

O eleitor brasileiro descobriu uma verdade simples, singela: com seu voto, pode ajudar a resolver os problemas que freqüentam o dia-a-dia do cidadão: trânsito ruim, buracos nas ruas, o tamanho do IPTU, o recolhimento do lixo, o vendedor ambulante, as regras para edificações.

Isso representa um saldo qualitativo no rumo do aperfeiçoamento e consolidação do sistema democrático.

Agora, cabe ao Congresso Nacional, aos dirigentes políticos, ouvir o recado que vem das ruas e aperfeiçoar as regras do jogo democrático, aprovando proposta de emenda constitucional que permita a reeleição dos ocupantes de cargos eletivos executivos.

No caso, em todos os níveis. Prefeitos, Governadores, Presidentes da

República, todos devem ter o direito à disputa pela recondução aos cargos - maneira de fazer com que suas administrações sejam levadas ao julgamento popular. Os bons gestores serão reconduzidos. Os maus, os ineficientes, receberão o cartão vermelho e cederão lugar aos candidatos que tiverem as melhores propostas, os melhores programas de governo.

Não há que se estabelecer distinção entre os níveis de governo, discriminar prefeitos ou governadores. Ao lado do aspecto político, há ainda o que diz respeito à racionalidade administrativa. Todos sabemos que quatro anos de governo são insuficientes para levar a cabo propostas e projetos de governo - sobretudo aqueles de médio e longo prazos, exatamente os mais importantes. A impossibilidade de reeleição geralmente resulta em descontinuidade administrativa e dispersão de recursos públicos - do que decorre, entre outras consequências negativas, o fenômeno das obras inacabadas, onde são investidas vultosas somas de recursos sem qualquer benefício para a população.

A tese da reeleição é, hoje, aceita consensualmente por praticamente todas as correntes político-ideológicas.

O que se discute é o prazo de sua implantação e sua amplitude. De minha parte, considero que ela deve valer já para as próximas eleições, reconhecendo-se aos atuais ocupantes do Executivo federal, estaduais e municipais o direito de serem submetidos ao julgamento popular pelo voto/.

Sem isso, estaríamos criando inexplicável discriminação política e cassando o legítimo direito à disputa dos cidadãos que hoje são titulares de mandatos.

Finalmente, observe-se que a simples possibilidade de concorrer à reeleição não seria garantia de retorno dos atuais detentores de cargos executivos. Para tanto, eles teriam que ter demonstrado eficiência e conquistado o respeito do eleitorado. Essa a grande vantagem do instituto da reeleição: com ela, o administrador público tem sua gestão julgada direta e imediatamente pela população, sem intermediários.

Por tudo isto o presidente Fernando Henrique Cardoso tem o direito legítimo de concorrer a reeleição.